



3.25 • Metamorfoses da violência

O uso da violência nos processos de emancipação colonial

Lúis Valença Pinto

AO LONGO DOS ÚLTIMOS CEM ANOS muitos processos de emancipação colonial foram marcados pelo recurso à violência. Assim aconteceu sempre que os poderes coloniais se mostraram opostos às correspondentes pretensões de emancipação.

O processo de combate, e portanto de exercício da violência, que essas lutas adotaram foi o da guerrilha.

Evolução histórica

A guerrilha é uma técnica de combate tão velha como os tempos, ainda que a designação corrente, guerrilha, ou seja *pequena guerra*, apenas remonte ao século XIX, concretamente à resistência de portugueses e espanhóis ao invasor francês durante a Guerra Peninsular.

Esta ideia de “pequena guerra” traduz desde logo duas noções: a de guerra do fraco perante o forte e a de conflito de baixa intensidade no que toca à expressão da violência.

Evidentemente que nos últimos cem anos o método da guerrilha foi igualmente usado noutro tipo de conflitos, por exemplo em conflitos de carácter interno. A luta de Fidel Castro e dos seus seguidores em Cuba é disso um exemplo. Tal como, até um certo ponto, o processo de afirmação e tomada do poder por parte dos comunistas chineses liderados por Mao Zedong, que aliás e de modo determinante alimentou no plano doutrinário, tanto político como militar, muita da conceção dos combates de emancipação colonial.

O *boom* dessas guerrilhas ocorreu no pós-II Guerra Mundial, o que não admira porque em 1945 a maioria dos povos do globo viviam sob o domínio de impérios coloniais. Dois fatores contribuíram decisivamente para a explosão que veio a acontecer. Por um lado, a circunstância de os dois maiores poderes imperiais, França e Reino Unido, terem saído da guerra muito enfraquecidos e exaustos no plano psicológico e material (a que no caso francês se adicionava uma considerável quebra de prestígio) e, por outro lado, a maior consciência dos povos colonizados quanto à legitimidade da sua afirmação nacional.

Ainda em termos muito gerais, parece possível afirmar que este contexto foi potenciado pela afirmação soviética, identicamente emergente desse conflito mundial e pelo internacionalismo que lhe era inerente. E que foi facilitado pelo clima de confrontação de blocos que surgiu com a Guerra Fria e que, conduzindo a um clima de rigidez estratégica e à consequente paralisia, criava novas liberdades de ação. Ao que acrescia, fruto da sua própria memória histórica, a simpatia intrínseca da sociedade

norte-americana para com as lutas de independência.

Mas, ao olharmos para a dinâmica emancipalista nos últimos cem anos é impossível deixar de assinalar a luta dos irlandeses contra o Reino Unido entre 1919 e 1921. Foi um conflito que introduziu pelo menos duas mutações consideráveis neste tipo de confronto que, mais tarde, foram traduzidas e extensamente desenvolvidas pelos seus principais teóricos, nomeadamente orientais. Foram elas o princípio da dissolução e da liberdade de movimento dos combatentes no seio da população e as extremas preocupações com o segredo. Michael Collins, um dos principais líderes irlandeses, tinha como máxima *“nunca deixe um lado do seu cérebro saber o que o outro anda a fazer”*.

O contexto posterior à II Guerra Mundial fez com que as lutas de emancipação que então surgiram tenham refletido uma abordagem marcada por dois fatores diferenciadores. Essas transições consubstanciaram-se num forte contexto ideológico e na atenção que passou a ser dada ao elemento representado pela opinião pública. Como sintetizou o general Sir Frank Kitson, veterano das campanhas da Malásia e do Quénia, *“a insurreição não é essencialmente uma ação militar”*.

Com exceção da Indochina e do caso muito particular da Índia portuguesa, a descolonização asiática conclui-se na década de 1950. E, salvo no longo conflito da Malásia (1948/1960), de modo basicamente pacífico. Os processos africanos resolveram-se nos anos 1950 e 1960, apenas com a ressalva das situações referentes a Portugal.

É razoável considerar que neste ciclo histórico os principais conflitos coloniais foram os da Indochina, da Argélia e da África portuguesa. Os confrontos entre vietnamitas e norte-americanos e entre afegãos e soviéticos são de uma outra ordem política: menos de emancipação colonial e mais de luta contra o ocupante.

Mas uns e outros foram muito próximos nos seus enquadramentos e nos seus processos. E uns e outros confirmaram a ideia, de que quase sempre a ação guerrilheira foi bem sucedida, derrotando os poderes coloniais. Ou seja, que, sendo barata e acessível, e beneficiando de uma forte e positiva motivação, a guerrilha tem um enorme potencial de sucesso, permitindo derrotar e de algum modo humilhar grandes poderes.

A verdade é que na quase totalidade dos casos, mesmo perante situações militarmente difíceis, os poderes que se opuseram às insurreições não caíram pelas circunstâncias militares existentes no terreno; antes caíram por dentro, implodindo como resultado da usura, das crescentes dúvidas quanto à legitimidade da sua ação e do peso crescente dos custos materiais, financeiros e políticos associados aos conflitos.

Esta afirmação, muitas vezes mal aceite pelas retóricas nacionalistas pós coloniais, nada retira à determinação e à coragem dos guerrilheiros. Mas é matéria de facto, de resto coerente com a própria visão e propósito dos emancipalistas. Foi na busca da usura que Mao Zedong teorizou o primado da ação política relativamente à ação tática, visando fazer a demonstração de que a causa anticolonial não tinha futuro e era inútil; e foi na mesma linha que Ho Chi Minh afirmou *“vocês matam dez dos meus enquanto eu mato só um dos vossos, mas serão vocês que ficarão exaustos”*.

As lutas de emancipação da África portuguesa tiveram a singularidade de ver os seus efeitos majorados pela natureza do regime vigente em Portugal, que determinava uma contestação simultânea na própria metrópole e provocava o isolamento internacional do país. Estas duas circunstâncias acentuavam a usura, as reservas políticas e de legitimidade e o impacto dos custos, tornando ainda mais difícil de entender a longa e invulgar resistência portuguesa, a não ser por força de duas circunstâncias. Por um lado, a natureza não democrática do regime

GUERRILHA E TERRORISMO

Não é pacífica a destriça entre ação guerrilheira e ação terrorista.

Desde logo porque nenhum dos conceitos tem uma tradução linear, em particular no caso do terrorismo, que efetivamente pode ter diversas motivações e naturezas e assumir variadas formas.

E também porque se tem verificado que, com maior ou menor expressão, a guerrilha recorre a métodos e atos terroristas ainda que, por regra, de modo pontual e preferencialmente orientado para as cidades e para as metrópoles dos poderes que contestam.

Em traço geral pode tentar estabelecer-se como elementos de diferenciação a relação de efetivos, plano em que o terrorismo é ainda menos exigente que a guerrilha e, sobretudo, o facto de o terrorismo não ter nenhuma ligação com o território, enquanto a guerrilha, sem pretender, até por dificuldades de ocupação, um alargamento desnecessário da sua área de atuação, tem como objetivo o controlo territorial, visando criar um efeito de “área libertada”, muito favorecedor da sua campanha política e de propaganda.

e, por outro, o assinalável êxito da ação militar portuguesa, aproveitando bem as lições das experiências britânica e francesa, sobretudo empenhado em conter a violência, em dificultar a liberdade de acção dos guerrilheiros e em criar um clima que pudesse favorecer uma negociação política, o que, lamentavelmente nunca ocorreu.

Carl Schmitt, o ultraconservador filósofo e pensador político do século XX alemão, na sua obra “Teoria da guerrilha”, editada em 1963, percebeu a guerrilha como um tipo assimétrico de guerra e considerou-a caracterizável por compromisso político, por sentido telúrico, por irregularidade e por mobilidade.

Relativamente à assimetria dos conflitos, é manifesto que nomeadamente franceses e norte-americanos perceberam muito mal este parâmetro ou de todo não o perceberam. Demonstra-o o planeamento estratégico que traçaram e que era completamente desajustado. Esse planeamento revelava que não era assumida a diferença entre “vencer” e “convencer” ou entre “vencer” e “conter”, que se apostava na resposta militar, sem se perceber que, para o efeito, tal resposta era insuficiente e ineficaz e que as forças convencionais pesadas que empenhavam eram completamente desadequadas ao tipo de conflito. Só o não entendimento do que estava em causa e, portanto, da natureza desses conflitos, pode justificar uma reacção tão surpreendentemente errada. Ao que talvez se deva somar uma ilusão de superioridade cultural, incluindo no tocante à tecnologia militarmente disponível.

Factores chave dos processos de emancipação

O sucesso dos processos de insurreição visando a emancipação colonial assentou em cinco pilares fundamentais: uma causa entendida como justa e pertinente, uma liderança inequívoca, respeitada e desejavalemente mobilizadora, uma boa organização, uma propaganda agressiva e a disponibilidade de apoio externo.

O empenhamento político e ideológico na causa da independência nacional foi de facto o motor das lutas de emancipação colonial no terceiro quartel do século XX e representa uma das principais evoluções neste tipo de conflitos.

A ideia de liberdade da terra pátria marcou as lutas de emancipação do pós-II Guerra Mundial, oferecendo uma bandeira que legitimava e justificava todos os sacrifícios.

Num tempo de Guerra Fria e, para além da paralisia estratégica a que já foi feita alusão, dois outros fatores tiveram igualmente uma grande influência.

Por um lado, um certo entendimento norte-americano de que a situação de domínio colonial representava uma condição de possibilidade para a penetração comunista. Esta posição não teve sempre a mesma tradução, mas no essencial foi constante, tanto no plano moral como no plano político.

Por outro, a grande disponibilidade da União Soviética, de outros países do Pacto de Varsóvia e

da China para proporcionarem apoio político e logístico aos emancipalistas. Desde logo no campo ideológico, mas também no que toca à formação e doutrinação das suas elites e ao fornecimento de armamento, material e aconselhamento militar.

Uma forte dimensão política e ideológica funcionou sempre como um fator de possibilidade e de compensação para a dimensão organizacionalmente ligeira das lutas de emancipação. O que foi também reforçado pelo papel de referência de líderes particularmente carismáticos, com destaque para Ho Chi Minh (nome que literalmente significa “o que ilumina”), para Vo Nguyen Giap e para Amílcar Cabral.

“ [...] sendo barata e acessível, e beneficiando de uma forte e positiva motivação, a guerrilha tem um enorme potencial de sucesso, permitindo derrotar e de algum modo humilhar grandes poderes. ”

Não deve contudo retirar-se a conclusão de que a leveza de organização que regeu o recurso à violência neste tipo de conflitos significava simplicidade. Ao contrário, algumas destas lutas implicaram processos de extrema complexidade organizativa. As selvas da Indochina e de África, a profundidade do deserto argelino e a escassez de alguns recursos assim o impuseram.

A batalha da propaganda, que constitui uma das grandes mutações destes conflitos nos últimos cem anos, foi sempre travada em duas frentes. Internamente tratava-se de obter a adesão das populações, o que implicava trabalho ideológico e também atenção a questões de natureza socioeconómica relevantes para essas populações. Foi por essa razão que o estabelecimento de escolas e hospitais, ainda que muito primitivos e improvisados, acompanhou a ação militar guerrilheira e que foi prática dos elementos da guerrilha encostar as armas e ajudar as populações nos seus trabalhos agrícolas, sempre que a situação o permitia.

Externamente o objetivo era criar um clima vulnerável nas opiniões públicas metropolitanas, instalando e reforçando a ideia da inutilidade destas guerras por ilegítimas, injustas e fatalmente condenadas ao fracasso, ao mesmo tempo que, num quadro internacional, se visava a construção de um clima não só favorável aos emancipalistas, como também condenatório dos poderes coloniais. E esta era uma ação que não estava diretamente ligada à dimensão operacional. Fosse qual fosse a situação no terreno esta ação tinha que prosseguir. Pode mesmo afirmar-se que, quanto mais débil fosse essa posição, mais a campanha da propaganda tinha que se intensificar.

Para cada um destes processos de luta nacional existiu uma certa correlação direta entre a sua eficácia geral e a eficácia da sua propaganda.

É interessante observar que a questão religiosa, embora tenha estado presente na Argélia, ainda que não de modo marcante, não foi, de forma geral, parte destes processos, exceto na luta afgã contra o ocupante soviético, que não se pode propriamente considerar um conflito de emancipação colonial. Aliás, o que nessa matéria aí se passou foi, se não determinado, pelo menos muito influenciado, por erradíssimas práticas dos soviéticos, em que se incluíram coisas como a queima sistemática do Corão ou a utilização de mesquitas como latrinas. ■